



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/2024/AIM COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A EVOLUÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DE SUPORTE
DO PORTAL SIMPLIFICA, DESENVOLVIMENTO E DESMATERIALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O presente concurso, com publicação do respetivo anúncio no Diário da República (“DRE”) e no Jornal Oficial da União Europeia (“JOUE”), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”), na sua redação atual, e do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, tem por objeto a adjudicação de uma proposta para a celebração do Contrato de **“Aquisição de Serviços para a evolução da infraestrutura tecnológica de suporte ao Portal SIMplifica, desenvolvimento e desmaterialização de serviços”** e rege-se pelo disposto no presente Programa, no Caderno de Encargos e respetivos anexos.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 05 de novembro de 2002, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), o objeto do presente procedimento tem a seguinte classificação 72212900-8 Serviços de desenvolvimento de software e sistemas informáticos diversos.



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM, adiante designada por AIM, IP-RAM, com sede na Av. Arriaga, 42-B, 3.º andar, S.3.2, Edifício Arriaga, 9000-064 Funchal, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva (“NIPC”) 517252481, com telefone n.º (351) 291 212 222 e com o endereço eletrónico: aim@madeira.gov.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar e decisão de autorização da despesa

1. A decisão de contratar e a decisão de autorização de despesa, foi tomada pela Presidente do Conselho Diretivo da AIM, IP-RAM, em 13 de dezembro de 2024, no uso de competência delegada por Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças, através do seu Despacho n.º 447/2024, de 20 de setembro de 2024, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Série II, n.º 172, em Suplemento, de 23 de setembro de 2024.
2. Foi obtida autorização de assunção de encargos plurianuais nos termos previstos no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2022/M, de 12 de janeiro, conforme Portaria n.º 627/2024, do Secretário Regional das Finanças, datada de 27 de agosto, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Série I, n.º 184, 3.º Suplemento, em 14 de novembro de 2024.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Artigo 4.º

Plataforma eletrónica

O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica ACINGOV, com o endereço: <https://www.acingov.pt/>, onde são disponibilizadas as peças do procedimento.

Artigo 5.º

Fases do Procedimento

O Procedimento integra as seguintes fases:

- a) Apresentação de candidaturas e qualificação dos candidatos;
- b) Apresentação e análise das propostas e adjudicação.

Artigo 6.º

Esclarecimentos, erros e omissões e retificações das peças do procedimento

1. Na fase de apresentação e análise das candidaturas e qualificação dos candidatos:

- a) Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso podem ser apresentados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 17:00h do dia em que terminar o primeiro terço do prazo para apresentação das candidaturas;
- b) As listas com a identificação de eventuais erros e omissões das peças do procedimento devem ser apresentadas pelos interessados no prazo e do modo previstos na alínea anterior;
- c) Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri até às 17:00h do dia que terminar o segundo terço do prazo para apresentação das candidaturas;
- d) Igualmente nos termos e no prazo referidos na alínea anterior, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

2. Na fase de apresentação e análise das propostas e adjudicação:

- a) Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso podem ser apresentados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 17:00h do dia em que terminar o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o qual será devidamente identificado no Convite à apresentação das propostas;
- b) As listas com a identificação de eventuais erros e omissões das peças do procedimento devem ser apresentadas pelos interessados no prazo e do modo previstos na alínea anterior;
- c) Os esclarecimentos referidos na alínea a) do presente número são prestados pelo Júri do concurso, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 17:00h do dia em que terminar o segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o qual será devidamente identificado no Convite à apresentação das propostas;
- d) Igualmente nos termos e no prazo referidos na alínea anterior, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados.

Capítulo II

Fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos

Artigo 7.º

Qualificação dos candidatos

- 1. A qualificação dos candidatos assenta no **modelo simples**, nos termos previstos no artigo 179.º do CCP, pelo que são qualificados todos os candidatos que preencham os requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira definidos nos artigos seguintes.



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

2. Os candidatos qualificados passam, em condições de igualdade, à fase da apresentação das propostas.

Artigo 8.º

Requisitos mínimos de capacidade técnica

1. Para efeitos de qualificação, os candidatos devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos mínimos de capacidade técnica:

- a) Ter experiência de desenvolvimento, nos últimos 3 (três) anos, de pelo menos uma plataforma eletrónica multifuncional, que permita a gestão integrada e totalmente desmaterializada de, no mínimo, 10 (dez) atividades relevantes para o desenvolvimento de atribuições da entidade para a qual foi desenvolvida, no valor de mínimo de 250.000,00 € (Duzentos e cinquenta mil euros);
- b) Ser detentor da Certificação ISO/IEC 20000:2018, no âmbito do Sistema de Gestão de Serviços;
- c) Ser detentor da Certificação ISO/IEC 27001:2013, no âmbito da Segurança da Informação;
- d) Ser detentor da Certificação ISO 9001:2015, no âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade;
- e) Ser detentor da Certificação ISO 50001, no âmbito do Sistema de Gestão de Energia.

2. Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o candidato recorra a terceiras entidades, a capacidade destas apenas aproveita àquele na estrita medida das prestações objeto do contrato a celebrar que essas entidades se comprometam a realizar.

3. No caso de o candidato ser um agrupamento, os requisitos mínimos de capacidade técnica consideram-se cumpridos se, quanto a cada requisito, um dos membros do





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

agrupamento os preencher individualmente ou se alguns dos membros os preencherem conjuntamente, quando tal seja possível em função da natureza do requisito exigido.

Artigo 9.º

Requisitos mínimos de capacidade financeira

1. Para efeitos de qualificação, e sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 179.º do Código dos Contratos Públicos, os candidatos devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos mínimos de capacidade financeira:

- a) A média aritmética do volume de negócios relativos aos últimos dois exercícios económicos findos, deve ser no mínimo igual ao preço base do procedimento;
- b) A média aritmética do rácio de solvabilidade (capitais próprios/passivo) relativos aos últimos dois exercícios económicos findos, deve ser no mínimo igual ou superior a 60%;
- c) A média aritmética do rácio de liquidez geral (ativo corrente/passivo corrente) relativos aos últimos dois exercícios económicos findos, deve ser no mínimo igual ou superior a 60%;
- d) A média aritmética do rácio de capacidade de endividamento (capitais próprios/(capitais próprios + passivo não corrente)) relativos aos últimos dois exercícios findos, deve ser no mínimo igual ou superior 60%;
- e) A média aritmética do rácio de autonomia financeira (capitais próprios/ativo) relativos aos últimos dois exercícios findos, deve ser no mínimo igual ou superior 60%.

3. Caso os candidatos pretendam comprovar o requisito mínimo de capacidade financeira através da declaração bancária a que se refere a alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º do CCP, a apresentação da mesma deve ser conforme o modelo constante do Anexo VI ao Código dos Contratos Públicos, que segue como Anexo II ao presente Programa de Concurso.

4. No caso de o candidato ser um agrupamento, os requisitos mínimos de capacidade financeira consideram-se cumpridos se, quanto a cada requisito, um dos membros do



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

agrupamento os preencher individualmente ou se alguns dos membros os preencherem conjuntamente, quando tal seja possível em função da natureza do requisito exigido.

Artigo 10.º

Documentos que constituem as candidaturas

1. As candidaturas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), cujo modelo se encontra disponível para upload em: <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>;

b) Documentos comprovativos dos requisitos de capacidade técnica:

i) Declaração emitida pela entidade para a qual o candidato desenvolveu a plataforma prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 8.º do Programa com a identificação do contraente público, identificação do cocontratante, o objeto do contrato, o valor do contrato, o local da execução, o prazo de execução do contrato com indicação da data de início e de conclusão, a descrição dos principais serviços executados, bem como a descrição sumária de 10 (dez), atividades relevantes para o desenvolvimento de atribuições da entidade para a qual foi desenvolvida;

ii) Certificado previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do programa;

iii) Certificado previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do programa;

iv) Certificado previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º do programa;

v) Certificado previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º do programa.

c) Documentos comprovativos dos requisitos de capacidade financeira:

i. Informação Empresarial Simplificada dos últimos 2 (dois) exercícios económicos findos, ou documento equivalente exigível no ordenamento jurídico da sede social do candidato, quando não seja em Portugal;



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ii. Se o candidato pretender beneficiar do disposto no n.º 3 do artigo 179.º do CCP, um dos documentos indicados nas alíneas a) e b) do referido preceito legal.

2. O documento a que se refere a alínea a) do n.º 1 do presente artigo deve observar, consoante o caso, as formalidades previstas nos n.ºs 2 ou 3 do artigo 168.º do CCP.

3. Quando a candidatura seja apresentada por um agrupamento, a candidatura deve ainda ser constituída por:

a) Um documento que identifique os seus membros, preenchido em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Programa de Concurso;

b) O documento a que se refere a alínea a) do n.º 1 do presente artigo deve ser apresentado, de forma autónoma, relativamente a cada membro do agrupamento;

c) Documento com a indicação do representante comum do agrupamento, existindo, bem como os respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento; caso não exista representante comum do agrupamento, aplica-se o disposto no artigo 13.º, n.º 6 do presente Programa de Concurso.

4. Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda constituída pelos seguintes documentos:

a) Um documento que indique quais os requisitos concretos de capacidade técnica que são preenchidos por essas entidades e quais as prestações do objeto do contrato a celebrar que essas entidades se comprometem a realizar;

b) Uma declaração de cada uma das entidades indicadas como futuras subcontratadas através da qual estas se comprometam, incondicionalmente, a realizar as prestações objeto do contrato a celebrar indicadas no documento referido na alínea anterior;





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

c) O documento referido na alínea a) do n.º 1 do presente artigo (DEUCP), relativamente a cada uma dessas entidades terceiras, com apresentação das informações exigidas nas Secções A e B da Parte II e na Parte III.

Artigo 11.º

Idioma dos documentos das candidaturas

1. Todos os documentos que constituem as candidaturas devem ser redigidos em língua portuguesa, sem prejuízo do previsto nos números seguintes.
2. Sob pena de exclusão, quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos destinados à qualificação dos candidatos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o interessado fazê-los acompanhar de tradução, em língua portuguesa, devidamente legalizada.
3. Quaisquer documentos que se destinem a conferir poderes de representação do candidato ou dos membros do agrupamento candidato, podem ser apresentados em língua estrangeira, desde que acompanhados de tradução devidamente legalizada.

Artigo 12.º

Prazo para apresentação das candidaturas

1. As candidaturas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica prevista no artigo 4.º até às 17:00h do **30.º (trigésimo)** dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
2. Os candidatos devem prever o tempo necessário para a inserção (*upload*) das respetivas candidaturas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à *internet* de que dispõem, uma vez que serão excluídas as candidaturas que tenham sido recebidas depois da data e hora referidas no número anterior.



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Artigo 13.º

Modo de apresentação e assinatura das candidaturas

1. Os documentos que constituem as candidaturas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser todos, e cada um, assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do candidato.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. Nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a mera assinatura eletrónica de ficheiros “zip.” ou equivalentes, que contenham vários documentos eletrónicos, não será admissível, devendo tais documentos ser individualmente assinados nos termos referidos nos números anteriores.
5. Os documentos constitutivos da candidatura não podem conter emendas, rasuras ou alterações, salvo se do contexto for possível extrair em termos inequívocos a vontade declarada nos mesmos pelo respetivo autor.
6. No caso de a candidatura ser apresentada por um agrupamento, a assinatura eletrónica a que se refere o n.º 1 deve ser aposta pelo representante comum dos membros que o integram, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo, caso em que devem ser ainda juntos os respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros; não existindo





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

representante comum, os documentos devem ser assinados por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes, nos termos previstos nos n.ºs 1 a 3.

Artigo 14.º

Análise das candidaturas

1. O Júri analisa as candidaturas para efeitos da qualificação dos respetivos candidatos.
2. Após a análise referida no número anterior, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a qualificação dos candidatos, bem como a exclusão das candidaturas relativamente às quais se verifique alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 184.º do CCP.
3. Cumprido o dever de audiência prévia previsto no artigo 185.º do CCP, o Júri elabora um relatório final fundamentado, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 186.º desse mesmo código.

Artigo 15.º

Prazo para a decisão de qualificação

A decisão de qualificação é proferida e notificada no prazo máximo de 44 dias a contar do termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas.

Artigo 16.º

Notificação da decisão de qualificação e apresentação posterior dos documentos comprovativos dos requisitos mínimos

A decisão de qualificação é comunicada simultaneamente a todos os candidatos, juntamente com o relatório final da fase de qualificação.



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Capítulo III

Fase de apresentação das propostas e adjudicação

Artigo 17.º

Convite

Com a notificação da decisão de qualificação, o órgão competente para a decisão de contratar envia aos candidatos qualificados um Convite à apresentação de propostas, de onde constam, sem prejuízo do previsto nos artigos seguintes, as regras de tramitação da fase de apresentação e análise das propostas e adjudicação.

Artigo 18.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo adjudicada a proposta que apresentar o **preço global mais baixo**.
2. Em caso de empate entre uma ou mais propostas, o desempate será feito por sorteio realizado pelo Júri em sessão pública, para a qual serão notificados os representantes de cada um dos concorrentes, embora a sua não comparência não prejudique a realização daquele.
3. Para efeitos do sorteio mencionado no número anterior, são colocados os nomes dos concorrentes cujas propostas estão empatadas dentro de um saco opaco. O procedimento é adjudicado ao primeiro concorrente cujo nome o presidente do Júri retirar em primeiro lugar do saco, sendo ordenada em segundo lugar a proposta do concorrente cujo nome sair em segundo lugar do saco, aplicando-se este critério sucessivamente a todas as propostas empatadas.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

4. Caso seja realizado sorteio para desempate de propostas, é elaborada ata, que depois de lida é assinada por todos os presentes.
5. As propostas não serão objeto de leilão eletrónico.

Artigo 19.º

Notificação da decisão de adjudicação

1. O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de adjudicação que é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é ainda notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação previstos na cláusula seguinte, no prazo de 10 (dez) dias;
 - b) Prestar caução nos termos previstos no Convite à apresentação de propostas, no prazo de 10 (dez) dias;
 - c) Se pronunciar sobre a minuta de contrato, no prazo de 5 (cinco) dias;
 - d) Apresentar os documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, no prazo de 10 (dez) dias, se, de acordo com a proposta adjudicada, estiver previsto que o adjudicatário irá recorrer a entidades terceiras para efeitos da execução de algumas das prestações do contrato a celebrar;
 - e) Comprovar a associação dos membros do agrupamento concorrente na modalidade jurídica prevista no 21.º do Programa do Concurso, se aplicável.



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Artigo 20.º

Documentos a apresentar em sede de habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos, sob pena de caducidade da adjudicação:

- a) Declaração elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo III ao presente programa;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, a saber:
 - i) Certificado comprovativo de que o Adjudicatário se encontra com a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - ii) Certificado comprovativo de que o Adjudicatário se encontra com a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii) Certificado de registo criminal da pessoa singular ou da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, de como não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- c) Documento comprovativo da submissão da declaração efetuada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) atualizado, ou documento equivalente emitido no Estado em que seja nacional ou em que se situe o seu estabelecimento principal, sempre que ao mesmo esteja vinculado;
- d) Declaração relativa a trabalhadores estrangeiros, conforme modelo constante do **Anexo IV** ao presente programa, ou declaração de não aplicação, consoante o caso;





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

e) Certidão permanente de registo comercial, devidamente atualizada, de onde constem os poderes necessários para outorgar o contrato, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente *on-line*; caso a referida certidão não ateste os poderes de representação dos outorgantes, deve ser apresentado documento que sirva para esse efeito, designadamente, ata de delegação de poderes de representação ou procuração;

f) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se o contrato a celebrar não estiver sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas ou se o Adjudicatário for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.

6. O Adjudicatário está ainda obrigado, no mesmo prazo indicado no número anterior, a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, devendo apresentar, em relação ao último exercício económico disponível, os seguintes documentos, sob pena de caducidade da adjudicação:

a) Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;

b) Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo 10) e DMR;

c) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);

d) Anexo R da última declaração periódica do IVA.

7. Caso o Adjudicatário considere não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, deve apresentar uma declaração, sob compromisso de honra, subscrita por quem o obriga, referindo expressamente essa situação.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

8. Caso o Adjudicatário revista a forma de agrupamento, os documentos de habilitação previstos nos números anteriores devem ser apresentados por todos os seus membros.
9. Caso o Adjudicatário tenha proposto a subcontratação de alguma(s) ou todas as prestações objeto do contrato a celebrar, os documentos exigidos nos termos do presente artigo também devem ser apresentados em relação ao(s) subcontratado(s).
10. A apresentação dos documentos de habilitação pode ser substituída por indicação do endereço *Internet* onde aqueles possam ser consultados, bem como da informação necessária a essa consulta, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
11. Os documentos referidos no presente artigo devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, devem ser obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o Adjudicatário declare aceitar a respetiva prevalência sobre os originais.
12. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação, será concedido um prazo adicional destinado ao seu suprimento, de até 5 (cinco) dias.
13. Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deve apresentar a identificação completa da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato (identificação, contactos e moradas).

Artigo 21.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

1. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária das empresas agrupadas, sob pena de caducidade de adjudicação.

2. No caso previsto no número anterior, o agrupamento adjudicatário deve apresentar, no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação, o documento comprovativo da associação na modalidade jurídica prevista no número anterior.

Artigo 22.º

Caução

O Adjudicatário deve prestar uma caução de 2% para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, no valor e do modo previsto no Convite à Apresentação das Propostas.

Artigo 23.º

Proteção de dados pessoais

1. Nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), e exclusivamente para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja adstrito, a AIM, IP-RAM, poderá tratar dados pessoais, nomeadamente de identificação e informação relativa ao registo criminal dos candidatos/concorrentes/Adjudicatário, incluindo dos seus representantes, titulares de órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

2. Nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) do RGPD, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento pré-contratual, os candidatos/concorrentes/





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Adjudicatário irão proceder apenas ao tratamento de dados pessoais dos órgãos sociais e representantes da AIM, IP-RAM, que devem ser tratados de acordo com as imposições do RGPD e demais legislação de proteção de dados pessoais.

3. Os concorrentes, incluindo o Adjudicatário, são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos titulares dos seus órgãos sociais representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável, e prestando aos titulares dos dados as informações referentes ao processamento de dados pela AIM, IP-RAM, em cumprimento do direito à informação.

4. Os concorrentes, incluindo o Adjudicatário, têm o direito, em qualquer altura, de solicitar à AIM, IP-RAM, através de e-mail para [rgpd.aim@madeira.gov.pt], o acesso aos dados pessoais que lhes digam respeito, incluindo dos titulares dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como a opor-se ao tratamento, requerer a portabilidade dos dados e apresentar reclamação a uma autoridade de controlo. Concretamente e no que respeita a Portugal, a entidade de controlo competente é a Comissão Nacional de Proteção de Dados / CNPD, com o seguinte contacto: geral@cnpd.pt; e website: <https://www.cnpd.pt/>.

5. Os dados pessoais relativos aos candidatos/concorrentes/Adjudicatário, incluindo dos titulares dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são conservados pelo prazo legalmente devido e eliminados logo que cesse a obrigação legal ou contratual de os conservar.



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Artigo 24.º

Despesas inerentes à celebração do contrato

Correm por conta do Adjudicatário todas as despesas inerentes à celebração do contrato, incluindo as relativas à prestação da caução e aos emolumentos do Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia do contrato, se aplicável.

Artigo 25.º

Legislação aplicável

Ao presente procedimento são aplicáveis as normas constantes do presente programa e demais documentos que integram o presente procedimento, bem como as regras aplicáveis à tramitação do concurso público, tal como previstas no CCP e na respetiva legislação complementar.

Artigo 26.º

Consulta preliminar

Nos termos do artigo 35.º-A do CCP, foi efetuada uma consulta preliminar ao mercado, na qual foram pedidas as informações constantes do **Anexo V** ao presente programa.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO I

Identificação dos membros do agrupamento candidato

(a que se refere o artigo 10.º, n.º 3, do Programa)

Designação Social	Sede	NIPC	Capital Social



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere o artigo 9.º n.º 3 do Programa e alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º do Código dos Contratos Públicos]

Procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), cujo anúncio foi publicado no Diário da República de..., e no Jornal Oficial da União Europeia de... (se aplicável)

... (designação, número de identificação fiscal e sede) (adiante, instituição de crédito), neste ato representada por... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de... (qualidade em que declara: representante legal, procurador ou outra), com poderes para o ato, declara, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º do Código dos Contratos Públicos e da eventual adjudicação da proposta que... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes) (adiante, candidato) venha a apresentar no referido procedimento, o seguinte:

a) A instituição de crédito obriga-se, perante o candidato e... (designação, número de identificação fiscal e sede da entidade adjudicante), a pôr à disposição do candidato todos os meios financeiros previsivelmente necessários ao integral cumprimento das obrigações resultantes do contrato a celebrar no caso de a adjudicação recair sobre a proposta a apresentar;

b) Em cumprimento da obrigação prevista no número anterior, que vigora desde o início do prazo de vigência do contrato, a instituição de crédito atribui ao candidato uma





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

linha de crédito que o habilita a sacar, para o efeito da execução do contrato, os referidos meios financeiros;

c) A emissão, a validade e a eficácia da presente declaração e a constituição, a modificação e a extinção, a qualquer título, das obrigações por ela constituídas, são integralmente disciplinadas pela legislação portuguesa aplicável.

... (local),... (data),... (assinatura).



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO III

Modelo de declaração

(a que se refere o artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Programa)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de concurso limitado por prévia qualificação tendente à celebração de um contrato de “**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A EVOLUÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DE SUPORTE DO PORTAL SIMPLIFICA, DESENVOLVIMENTO E DESMATERIALIZAÇÃO DE SERVIÇOS**”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data),

... [assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO IV

Declaração relativa a trabalhadores estrangeiros

(a que se refere o artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Programa)

...(Nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do procedimento de concurso limitado por prévia qualificação tendente à celebração de um contrato de “**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A EVOLUÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DE SUPORTE DO PORTAL SIMPLIFICA, DESENVOLVIMENTO E DESMATERIALIZAÇÃO DE SERVIÇOS**”, declara para os devidos efeitos legais, nomeadamente à luz do disposto no n.º 5 do artigo 198.º-A da Lei nº 23/2007, de 4 de julho, que a sua representada (2) cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores estrangeiros utilizados na realização dos trabalhos objeto do contrato a celebrar ao abrigo do procedimento mencionado, designadamente a legislação laboral e as obrigações de declaração de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social.

...[local] ... [data]

[assinatura] (3)

(1) Aplicável apenas a adjudicatários que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o adjudicatário ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO V

Consulta preliminar

(a que se refere o artigo 26.º do Programa)

A Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM (AIM, IP-RAM) pretende promover um procedimento pré-contratual destinado a dotar esta entidade da centralização de todos os serviços da Administração Pública num único portal, para tornar o acesso do cidadão e das empresas a serviços públicos, mais ágil e interconectado.

Assim, para efeitos da preparação do respetivo procedimento pré-contratual e nos termos do disposto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, a AIM, IP-RAM vem pelo presente solicitar um orçamento para os seguintes perfis da equipa a afetar ao desenvolvimento em questão:

Posição	Nível	Nº previstas	Horas	Valor/hora
Diretor de Projeto	IV	25000		
Gestor de Projeto	IV	40000		
Programador Sénior	III	30000		
Programador Júnior	II	21000		
Programador estagiário	I	5300		
Designer	III	8500		
Beta – Tester	III	12000		



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

A presente consulta preliminar e os resultados da mesma têm um carácter meramente informativo, não estando a AIM, IP-RAM vinculada a essas informações, pelo que as mesmas poderão não ser consideradas ou acolhidas nas peças do procedimento pré-contratual a promover. De igual forma, a presente consulta preliminar não constitui qualquer decisão de contratar, nem obriga ou vincula a AIM, IP-RAM à celebração de qualquer contrato ou adjudicação à V/ empresa.



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || Tel.: (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || AIM, IP-RAM@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817